



2017/07/16

Serviço Militar Obrigatório, ainda não? ¹²

João Bargão dos Santos

As razões que em regra se evocam para se ser a favor do regresso do Serviço Militar Obrigatório (SMO), podem ficar favorecidas pelos recentes acontecimentos em Pedrogão Grande, em Tancos e com a recente proposta de alargamento para dezoito anos do actual regime de contrato (RC) dos militares.



E isto porque em todas estas situações (incluindo o alargamento do RC) se poderá reconhecer em comum, o benefício de ter disponível uma retaguarda, constituída por efectivos militares, na circunstância (SMO) devidamente organizada e enquadrada, com capacidade de apoiar e envolver o empenhamento do próprio Exército.

De facto, se há quem considere que o fim do Serviço Militar Obrigatório (SMO) foi um erro, uma perda inestimável e lhe reconheça as maiores virtudes, outros há para quem o mesmo, não faz qualquer sentido e nem dele querem ouvir falar.

Na realidade, para o cumprimento das diferentes missões, as Forças Armadas necessitam, naturalmente, de efectivos, sobretudo o Exército, em maior ou menor número e esses serão sempre, os cidadãos do País e não outros e o SMO é e sempre foi para quaisquer Forças Armadas, uma questão essencial e estruturante.

Os efectivos são de facto, os cidadãos com a sua cultura, consciência dos seus deveres e direitos, aspirações e contrariedades e sempre num contexto de cidadania que se constrói, resgata e alarga em cada dia, na escola, na família, pela religião e nas próprias Forças Armadas.

Sem o Serviço Militar Obrigatório e perante a redefinição dos efectivos após a guerra em África e as sucessivas reduções orçamentais, evidenciando um progressivo desinvestimento nas Forças Armadas, diminuiram-se de forma acentuada os meios e os recursos humanos.

Por inerência, perdeu-se igualmente a representatividade dos cidadãos e dos vários estratos da população na defesa do País, com natural influência na definição do sistema de forças e do próprio conceito estratégico de defesa.

Removeu-se a missão cometida desde sempre à Instituição Militar, velha de séculos, para se consolidar como um referencial (mal quando assim não for) de cidadania e onde se registam valores de honestidade, responsabilidade, disciplina, dignidade e coragem moral e física.

¹ Texto adaptado de uma publicação recente sobre Serviço Militar Obrigatório, sim ou não?

² O autor não segue o Acordo Ortográfico em vigor.

Por outro lado, e não menos importante importa que se entenda que estamos no limiar de um novo mundo, onde o reforço da defesa, da segurança e o contributo de todos de forma organizada sobretudo perante as diferentes formas de terror, tragédia, calamidade e catástrofe é inquestionável.

A adaptação estrutural da própria Instituição Militar será necessária e neste sentido, torna-se indispensável considerar o crescimento do sistema de forças e a necessidade estratégica da denominada convocação e mobilização de efectivos, como reservas de empenhamento em situações de excepção, para além da obrigação em repensar novas formas de participação dos cidadãos na defesa e segurança do País.

O regresso do SMO, tal qual o recordamos, (agora começa-se a falar em Serviço Cívico Obrigatório), não irá ser certamente possível.

E isto porque o País está há mais de uma dezena de anos sem esse constrangimento, não está aparentemente em guerra e o mesmo tem custos que não são desprezíveis.

Por outro lado, as tragédias que vão sendo perceptíveis, são ocasionais, não são ainda eminentes nem constantes e a vontade de contribuir de forma organizada para o seu combate por parte da juventude, não será favorável por via da simples obrigatoriedade de um serviço militar.

Perante esta realidade, importa então valorizar, esclarecer e debater a necessidade de um SMO que, com esta ou outra designação, com duração a definir (admitindo excedentes nas incorporações e prioridades para áreas críticas) possa ser uma retaguarda de âmbito fundamentalmente logístico, contribuindo de suporte às diversificadas missões de serviço público cometidas às Forças Armadas e neste âmbito, igualmente libertar os efectivos operacionais para a sua estrita missão.

Em síntese, importa decidir sobre um novo SMO que contribua para a efectiva segurança e defesa do País, que sendo um dever que a todos cumpre é um direito que a todos assiste.

Por outro lado, admitir que o mesmo será um contributo capaz de resgatar a cidadania como valor social colectivo e um adicional indispensável para a formação cívica dos jovens, quando a mesma se revela incapaz ou insuficiente, por manifesta incapacidade da escola, da família e da sociedade.